



## A DANÇA NOS PROGRAMAS DE ENSINO DE MINAS GERAIS, DA PRESCRIÇÃO À SUPRESSÃO NA REFORMA DO ENSINO DE 1927

Elisangela Chaves

### RESUMO

*O presente texto analisa tensões relatadas durante a realização do I Congresso de Instrução Pública de Minas Gerais, em 1927, em relação à permanência da dança no currículo escolar mineiro, denominado neste período como Programa de Ensino. Dentre as áreas em discussão estava a “Hygiene e Educação Physica”, que abrigou a discussão em plenárias sobre a permanência ou supressão da dança como conteúdo escolar. A Revista do Ensino de Minas Gerais, os Jornais Correio Mineiro e Diário de Minas, foram às fontes privilegiadas para esta análise.*

PALAVRAS CHAVE: 1.História da dança , 2.Escolarização, 3.Currículo, 4. Dança escolar

### INTRODUÇÃO

No Brasil, pesquisas sobre a potencialidade da dança como arte que educa vem se constituindo como um campo fértil e produtivo. No entanto, ao se discutir a dança no espaço escolar, como conhecimento ou conteúdo escolarizado, problemáticas que envolvem sua significação, objetivos e metodologias apresentam uma carência de compreensão histórica dos processos que a fizeram tão presente na cultura escolar brasileira. As manifestações de dança na escola, vinculadas às festividades escolares, ou como conteúdo das disciplinas de Educação Física ou de Educação Artística (Artes), são produções culturais de múltiplas variações no espaço escolar de acordo com o período e os projetos educacionais. Assim, ao pesquisar a dança na cultura escolar mineira de 1927 a 1937, durante o mestrado, pude perceber como ela integrava-se a um amplo projeto de renovação social, o que possibilitou outras formulações de pesquisa já em andamento<sup>1</sup>. Dando continuidade às investigações sobre o ensino da dança como prática corporal educativa para além de artística no projeto modernizador mineiro, retomo a Reforma do Ensino de 1927 como um ponto de tensão, onde foi debatida a permanência das danças e bailados nos Programas de Ensino de Minas Gerais, o currículo.

Este texto objetiva analisar as tensões expostas e debatidas sobre a dança como conteúdo escolar, prescrito nos Programas de Ensino de Minas Gerais para a necessária cultura física dos escolares mineiros e sua supressão dos mesmos. Esta análise foi elaborada a

---

<sup>1</sup> Refiro-me a pesquisa de doutoramento em andamento, com título provisório de “A dança impressa no corpo feminino” que aborda a primeira escola especializada de dança na cidade de Belo Horizonte, criada pela professora Natália Vitor Lessa para meninas.

partir dos relatos das plenárias do *I Congresso de Instrução Pública de Minas Gerais*, em 1927, realizado sete meses antes da Reforma Francisco Campos<sup>2</sup>, que excluiu a dança dos Programas de Ensino.

Inspirada nos estudos de Ivor GOODSON (1990, 1991, 1995), foco uma análise da fase pré-ativa do currículo captada através deste evento que ocorre antes da formulação final da Reforma Francisco Campos. GOODSON (1995) destaca a importância do estudo da construção social do currículo, que propicia a entrada do pesquisador nas conjecturas e interesses envolvidos em sua elaboração. Uma ampliação da compreensão histórica sobre as relações entre a teoria e a prática, ou o escrito e o ativo.

... a construção pré-ativa pode estabelecer parâmetros importantes e significativos para a execução interativa em sala de aula. Por conseguinte, se não analisarmos a elaboração do currículo, a tentação será a de aceitá-lo como um pressuposto e buscar variáveis dentro da sala de aula, ou, pelo menos, no ambiente de cada escola em particular. Estaríamos aceitando como “tradicionais” e “pressupostas”, versões de currículo que num exame mais aprofundado podem ser consideradas o clímax de um longo e contínuo conflito<sup>3</sup>.

Com o intuito de compreender as manifestações da dança na escola<sup>4</sup>, que ora prescreve, ora refuta, ora disputa origem acadêmica no espaço escolar, é que busco nos relatos do I Congresso *insights* do significado da dança como conteúdo escolar neste período em Minas Gerais. Assim, destaco aqui as informações oriundas de três fontes da imprensa mineira no de 1927: a Revista do Ensino de Minas Gerais, os Jornais Correio Mineiro e o Diário de Minas, além dos Programas de Ensino de 1912, 1925 e 1927, que se encontram na Coleção de Leis e Decretos de Minas Gerais<sup>5</sup>. Das temáticas aos debates, dos bastidores às sessões oficiais, de autoridades a participantes, os acontecimentos foram noticiados e divulgados proporcionando um foco de atenção a Educação na capital do Estado<sup>6</sup>.

## O I CONGRESSO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MINAS GERAIS

<sup>2</sup> A reforma do ensino de 1927 em Minas Gerais foi denominada *Reforma Francisco Campos*, em homenagem ao então Secretário do Interior, o Sr. Francisco Campos, que implantou a nova proposta no Estado, sob bases legais, através do Decreto n. 8.094 – 22 de dezembro de 1927, que aprova o novo Programa do Ensino Primário. A Reforma Francisco Campos, foi a última reforma no Estado de Minas Gerais antes da implantação do Estado Novo, em 1937.

<sup>3</sup> GOODSON, Ivor F, 1995, p.24

<sup>4</sup> Cabe aqui uma reflexão sobre esta relação que necessita de estudos históricos sobre as apropriações e práticas que vem se construindo no espaço escolar em relação à dança. Temos uma dança na ou da escola?

<sup>5</sup> Decreto n. 3405, de 15 de janeiro de 1912, Decreto n. 6758, de 1 de janeiro de 1925, Decreto n. 8.094, de 22 de dezembro de 1927.

<sup>6</sup> A Revista do Ensino divulgou a “versão oficial” do evento. O *Correio Mineiro*, aparentemente adota uma posição jornalística, beirando ao sensacionalismo na divulgação dos detalhes que marcaram as discussões. Segundo Cleide MELO, 2010, p.69, nota 68- “O *Correio Mineiro*, em vários dias/momentos, faz referência ao *grande tumulto* que cercou a realização do *Congresso*. Sob a ótica desse jornal, o evento foi anárquico, e as “cartas estavam marcadas”.

Este evento foi realizado em Belo Horizonte, durante dez dias, de 09 a 18 de maio de 1927, organizado pelo Secretário do Interior Dr. Francisco Campos, onde foram discutidas e deliberadas várias teses em diferentes áreas da educação escolar, temáticas pedagógicas e administrativas sobre a educação mineira, com o intuito de gerar subsídios às mudanças necessárias à implantação do ideário da Escola Nova, acreditando-se ser este o caminho para a superação do quadro insatisfatório e da modernização da educação no Estado.

O que como sinaliza Cleide MELO (2010)<sup>7</sup>, não significa garantir a determinação dos parâmetros da Reforma a partir destes debates. Sinalização pertinente, tendo em vista fatos ocorridos que sinalizaram uma pré determinação das mesas deliberatórias, onde a realização do Congresso teria atendido muito mais a um acontecimento, para legitimar as decisões previamente tomadas pela equipe do Governo e deflagrar ampla divulgação do novo ideário, dando maior visibilidade ao movimento reformador da educação mineira. No jornal Correio de Minas, pertencente a uma sociedade anônima esta situação foi explicitada,

Ve-se que os manipuladores da proclamada reforma quizeram, apenas, com a convocação do Congresso, justificar a orientação que vão imprimir ao ensino de Minas.(...) Querem nos votos do professorado unicamente a ressonância do pensamento oficial. O congresso é o disfarce da Dictadura do Ensino. Por que é que não se fez logo a reforma, com a prata da casa? Seria mais sincero- e menos dispendioso<sup>8</sup>.

A *Revista do Ensino de Minas Gerais* publicou uma edição especial, a Revista de n. 22, referente a agosto e setembro de 1927, relatando detalhes do evento, discursos das autoridades, deliberações e o sucesso do evento para a instrução do Estado. São apresentadas as teses discutidas na assembléia de educadores mineiros e os relatórios destas discussões das plenárias, além das fotos das festividades e de bailados apresentados por escolares.

Dentre as áreas em discussão estava a “Hygiene e educação physica”, levantando questões relativas às dificuldades do cotidiano e às necessárias mudanças e melhorias para uma nova educação modernizada. Para esta análise, será destacada a tese de número cinco, que teve o seguinte texto: *These 5<sup>o</sup>: Como introduzir na escola primária a cultura physica necessária a nossa gente?*

---

<sup>7</sup> Ver MELO, Cleide M.M., 2010 que no I capítulo de sua tese, compõe narrativa sobre o *Primeiro Congresso de Instrução Primaria*, tomando como ponto de partida as informações publicadas no jornal oficial *Minas Geraes*, cruzando-as com o Diário de Minas e o Correio Mineiro articulando-as à ambiência na qual esse evento é produzido. Além disso, destaca as análises relativas às atividades que deram “corpo” ao evento, aos conteúdos e tensões que permearam os debates, assim como seus principais protagonistas.

<sup>8</sup> Jornal Correio de Minas, 13 de maio de 1927.

Para cada área, um relator expunha as opções de solução das questões para a assembléia de educadores. Tomaram parte na discussão, além do relator Prof. Antonio Pereira da Silva, o Dr. Alexandre Drummond, os Srs. Marques Lisboa, José Augusto Lopes, Julio de Oliveira, Dona Guiomar Meirelles, Drs. Oswaldo Campos, Alberto Álvares e Magalhães Drummond.

No caso desta tese, o relator, Prof. Antonio Pereira da Silva apresenta suas conclusões. Somente dois pontos são motivo de debate nesta plenária: a proposta do uso de aparelhos para a ginástica na escola primária, que não discutiremos aqui, e a supressão dos bailados e danças clássicas do currículo escolar mineiro. É nesta proposta de supressão dos bailados e danças clássicas do currículo escolar mineiro, no *I Congresso de Instrução Primaria de Minas Gerais*, que se localizam as tensões centrais deste estudo.

## A DANÇA NOS PROGRAMAS DE ENSINO DE MINAS GERAIS

Citando-se a supressão, apresentemos primeiramente como a dança estava prescrita nos Programas anteriores entre os conteúdos escolares. Cabe ressaltar que nos Programas do Ensino de Minas Gerais,<sup>9</sup> o primeiro registro da dança como conteúdo escolar se deu nas instruções para a Escola Infantil,<sup>10</sup> em uma disciplina intitulada Canto, Danças e Jogos, em 1912 (Chaves, 2002). E como está demonstrado no quadro abaixo, a partir de então o conteúdo dança foi continuamente incluído nas propostas curriculares mineiras vinculado às disciplinas de exercícios físicos.

Ano	Disciplina	Escolaridade	Série	Conteúdo
1912	Canto, dança e jogos	Escola Infantil	1º ano	Dançados de movimentos faceis, para um par ou pequeno grupo, que não fiquem.”
			2º ano	Dançados faceis combinados com o canto, para uma parte da classe ou toda ella.”
			3º ano	Bailados e outras danças em que tome parte toda a classe”
			4º ano	Danças de movimentos graciosos e de mais difficil execução, combinados ou não com o canto.”

<sup>9</sup> Os Programas de Ensino desse período são encontrados na Coleção de Leis e decretos do Estado de Minas Gerais.

<sup>10</sup> Escola infantil: nível escolar que antecede o ensino primário, atendendo crianças mais ou menos de 4 a 7 anos de idade.

1925	Exercícios físicos	Grupos escolares diurnos e escolas reunidas	1º ano	Danças populares infantis;
			2º ano	Danças e evoluções cadenciadas
			3º ano	Danças populares infantis;
			4º ano	Danças e evoluções cadenciadas
1925	Exercícios físicos	Escolas distritais e Urbanas	1º ano	Jogos de imitação e de imaginação
			2º ano	Danças e evoluções cadenciadas;
			3º ano	nada consta sobre a dança
1925	Educação Física	Escolas Maternas	1º período	Movimentos graciosos, tais como os imitativos de quem chefia, de quem rema e outros da mesma natureza.
			2º período	Danças ao som do piano.- Posições e atitudes graciosas.- Passos.- Cortezias. Dansas aos pares, individuais, colectivas. Rodas com acompanhamento de cantos.
			3º período	Interpretação por meio de gestos e de atitudes, da emoção provocada pela musica.

\* Neste quadro estão destacados somente os conteúdos da dança ou correlatos à ela. Haviam mais conteúdos previstos para estas disciplinas que aqui não estão esboçados.

Não pretendo aqui desconectar o conteúdo da disciplina pela qual ele se torna parte do currículo escolar, pois parto da compreensão de que as disciplinas escolares, ao serem historicizadas destacam as particularidades dos processos de criação e de mudanças sob os quais uma cultura escolar estabelece filtragens, seleções e finalidades da transmissão cultural do conhecimento ( Taborda de Oliveira, 2007, Bittencourt, 2003, Vinão Frago, 2008, Julia, 2002).

No período em análise, na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, e por tanto, irradiadora das inovações, a dança se fazia presente na sociedade vinculada ao lazer, aos ritos sociais e esporádicas apresentações de companhias de artistas em turnê.

Ainda não havia escolas de dança<sup>11</sup> que trabalhassem sistematicamente com o ensino técnico da dança de expressão artística. A perspectiva da dança como possibilidade educativa estava vinculada ao ensino escolar, onde a dança era tematizada como atividade pertencente ‘a educação física escolar, na disciplina intitulada “exercícios físicos”’.

Neste sentido, André CHERVELL,<sup>12</sup> ao discutir a história das disciplinas escolares, destaca as particularidades dos processos históricos sob os quais uma cultura escolar estabelece estas filtragens no âmbito das práticas:

O estudo dessas [disciplinas] leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar, e, portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos sub-produtos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global.

Essa construção cultural de dentro da escola, com poucos parâmetros externos de uma tradição artística da dança como ocorria na Europa, tem me instigado à percepção da capacidade inventiva e processual da cultura escolar. Dialogo com Taborda de OLIVEIRA (2007), em relação à dimensão particular que as práticas corporais assumem em determinados momentos na história da educação, e como nesta modernidade os processos de escolarização investiram no corpo em busca da efetivação de novos padrões de civilidade, que implicavam na organização de novos tempos e espaços. Talvez daí a preocupação com a cultura física do alunado mineiro. Escolher, selecionar, e implantar os melhores conteúdos para se educar o corpo foi imperativo para se garantir um diálogo entre os saberes dentro e fora da escola, para estreitar a comunicação entre a escola e a sociedade.

Questiono assim, a relevância da dança como prática da cultura física escolar deste período, pertencente a uma tradição inventada<sup>13</sup> da ambiência escolar mineira, que neste

---

<sup>11</sup> Segundo Arnaldo ALVARENGA (2002), o primeiro curso de dança em Belo Horizonte foi iniciado em 17 de agosto de 1934, no Salão Nobre do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, pela professora Natália Lessa, que já vinha desenvolvendo aulas de ginástica, danças clássicas, típicas e regionais e sapateado para meninas de 3 a 12 anos de idade. A primeira Escola de balé e dança clássica da capital mineira foi inaugurada no dia 15 de março de 1948, pelo professor Carlos Leite em uma sala do Diretório Central dos Estudantes.

<sup>12</sup> CHERVELL, André, 1990, p. 184.

fórum de discussão nos possibilita perceber como historicamente os currículos e disciplinas escolares manifestam-se como sócio-culturais. Nas palavras de Taborda de OLIVEIRA (2007),

Elas são herdeiras de processos de seleção e transmissão culturais devedores de disputas que procuram afirmar ou infirmar saberes, práticas e condutas, que definiram e continuam a definir o lugar de indivíduos, grupos ou classes na organização da cultura.

As fontes consultadas, fornecem este horizonte, pois entre relatos emitidos pelo governo do Estado e a imprensa local, há um produto seletivo dos repórteres, uma descrição de fatos que implicam na explicitação de interesses, percepções e opiniões destas pessoas e destas instituições(jornais). O que sugere pistas, como o fato dos debates entre os professores, durante a discussão sobre a proposta de supressão dos bailados e danças clássicas da *These 5* do Congresso, não receberem registro na Revista do Ensino, representante do Governo. Mas estarem nos dois jornais, onde são relatadas situações conflitantes entre os congressistas e feitas colocações em relação ao aspecto moral da questão.

## A DANÇA NO I CONGRESSO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MINAS GERIAS

O jornal Diário de Minas, fazendo exposição das discussões do Congresso, no dia 12 de maio de 1927,relata com o subtítulo: “Theses sobre educação physica”

O Sr. Pereira da Silva, relator da 5ª. These sobre educação physica, lê seu trabalho. (...) É contra a introdução de dansas clássicas como gymnastica rythmica. Detem-se sobre o aspecto moral da questão.

Dentre os argumentos do relator Pereira da Silva, ele cita .<sup>14</sup>:

Há intrigas, em que ficam envolvidos o pae, a alumna e a professora. (...) Insiste no aspecto moral dos bailados em que via de regra só figuram crianças bonitas e ricas, os bailados corrompem a harmonia escolar<sup>15</sup>.

Contra suas colocações, protestaram professoras, que alegavam que o bailado “é muito bonito”<sup>16</sup>. Houveram discursos aplaudidos, mas somente citados - *Fala ainda d. Annita Araújo, partidária da gymnastica rythmica para o sexo feminino –intramuros-* ou como da profa. Anna Luiza da escola Normal, aparentemente a favor dos bailados.

---

<sup>13</sup> HOBBSAWN (1985,p.1) apud GOODSON, 1995p. 27 define que a *tradição inventada* “...inclui tanto tradições realmente inventadas, construídas e formalmente instituídas, quanto tradições que emergem de modo menos definível num período de tempo breve e datável - coisa talvez de alguns anos – e que se estabelecem com grande rapidez.

<sup>14</sup> *Correio Mineiro*, 13 de maio, 2ª p.

<sup>15</sup> *Diario de Minas*, 13 de maio, 1ª p.

<sup>16</sup> *Correio de Minas*, 13 de maio de 1927, 2ª p.

Para uma proposta de educação que se pretendia ampliadora, destacar a beleza e a condição financeira das crianças foi um contraponto delicado, que chegou a ser considerado imoral, dado o tipo de referência que corromperia a harmonia escolar. Os conflitos de classe dentro da escola e a corrupção da harmonia, não eram condições desejáveis e compatíveis com o novo ideário, que propunha uma ampla reforma escolar, agregadora, em buscado aumento do acesso a escolarização.

Não foi possível evidenciar com exatidão nos textos consultados, mas as diferentes terminologias *dansa clássica*, *bailados clássicos*, *dansas* são tratados aparentemente como sinônimos. O que hipotetizo ser uma menção específica, uma denominação que caracteriza a prática da dança no espaço escolar, tendo em vista a variedade de expressões e linguagens que podemos perceber através das imagens divulgadas. Estas manifestações lembram o balé, mas também a ginástica e as manifestações folclóricas. Este hibridismo não recebe o tratamento técnico do meio artístico, motivo pelo qual hipotetizo serem as diferentes menções uma indefinição de conteúdo e terminologia, mas também um elemento de distinção para caracterizar os objetivos da educação corporal através da dança dentro da educação física na modernização da escola.

Há superficialmente uma indicação da dança como parte da *gymnastica rythmica*, inferência que faço por colocações como da Senhorinha Guiomar Meirelles, que apresenta argumentações defendendo a *gymnastica rythmica* na escola e esclarecendo que a dança não deve fazer parte da mesma, recebendo manifestações de apoio.

Desfavorável a supressão o Sr. Magalhães Drummond, defende sua posição, referindo-se a um parecer de Lúcio José dos Santos, que *fala favoravelmente á dança rythmica e argumenta que não é prescrevendo modas que reagiremos contra a imoralidade*<sup>17</sup>.

Ao apresentar o final das discussões o jornal *Correio de Minas* relata:

O prof. Pereira da Silva, afinal, consegue a supressão integral dos bailados clássicos, lindos como arte, mas inexpressivos como exercícios físicos.<sup>18</sup>

Este relato nos dá parâmetro para uma distinção histórica do currículo. Nos Programas de Ensino deste período, o aprendizado da arte não era disciplinar. Há um destaque para educação dos sentidos diluída em várias disciplinas como trabalhos manuais, exercícios físicos, música e canto, mas o primado da eficiência dos corpos era imperativo didático do contexto desta reforma. A disciplina *exercícios físicos* estava inserida no currículo focada

<sup>17</sup> *Diario de Minas*, 13 de maio, 1ª p.

<sup>18</sup> *Correio de Minas*, 13 de maio de 1927, 2ª p.



no condicionamento dos corpos e na invasão do imaginário social pelas novas tecnologias, vivendo uma experiência de reordenamento dos quadros e repertórios culturais herdados, composta sob a presença dominante da máquina no cenário da cidade moderna (Sevcenko, Nicolau, 1992).

Apesar da educação do corpo estar instalada em várias ações pedagógicas da escola em um conjunto de manifestações no processo educacional, me restrinjo aqui às práticas prescritas para as aulas de *exercícios físicos*. VAGO (2002) destaca que o controle das manifestações corporais e culturais na instituição da escola graduada incorpora e contribui para o processo de educação das massas. Sendo assim, a preocupação com os controles estava relacionada com a esfera social maior, e cabia a escola também o que ele denominou o “cultivo de corpos”.

O final do século XIX e princípio do século XX, configura-se um período de alterações nas concepções educacionais, inclusive a educação corporal. Tabora de OLIVEIRA (2006, p.17) salienta que “(...) foi sobre a educação física que recaíram os maiores esforços e investimentos de intelectuais, pedagogos, médicos e políticos que pensaram, a partir de diferentes pontos de vista, a escolarização como processo institucional de formação.” A educação corporal que se pretendia, objetivava um corpo “educado”, e o modelo tido como ideal é oriundo de uma intenção de modernidade e de um projeto civilizatório para sociedade mineira. Assim, percebemos que neste momento, os professores envolvidos no Congresso e participantes desta fase pré-ativa de elaboração dos novos Programas, não entenderam ser a dança e os bailados clássicos uma prática corporal capaz de atender a este ideal no espaço escolar.

Há ainda uma nota em relação aos acontecimentos durante a votação desta These que registra:

#### Contra a dança

Ha especialmente um grupo que combate a dança clássica. O trabalho das professoras que não a apreciam foi hontem muito notado. Torceram a valer pela suppressão dos bailados<sup>19</sup>.

Dentre opositores e apoiadores, os documentos consultados parecem dar maior respaldo aos relatos de oposição, apoiando o parecer do professor Pereira da Silva. Após os debates é apresentada a alteração no parecer do relator encaminhado à plenária, ficando o texto assim:

<sup>19</sup> *Correio de Minas*, 13 de maio de 1927, 2ª p.

[...] 8. No programa será incluída a *gymnastica rythmica*, excluindo-se os bailados e as danças clássicas.

Na discussão da plenária, discordando das conclusões do Prof. Pereira da Silva, o Dr. Alexandre Drummond apresenta um substitutivo, que foi aprovado, abordando várias questões da *These 5*, e em relação ao item 8 conclui:

[...] j) a *gymnastica rythmica* poderá ser introduzida nas escolas primárias.

Nada cita sobre a dança ou os bailados. Que tensões neste momento levam este professor a sugerir a supressão da dança nas escolas, optando pela ginástica rítmica?

Importante destacar a possibilidade de uma manobra abrandadora da polêmica, pois o texto final aprovado, deixa aberta a possibilidade contrária ao propor que *a gymnastica rythmica poderá ser introduzida nas escolas primarias* substituindo os termos propostos pelo relator. Cleide MELO (2010) destaca em seu texto a possível habilidade do Sr. Magalhães Drummond, como bom professor de direito, de operar com um princípio jurídico básico: o que a lei, explicitamente não veta, não é proibido. Tendo ele se manifestado a favor dos bailados e danças clássicas, apesar de não termos identificado claramente todas as discussões, cabe ressaltar quais tensões foram manifestadas nos três estágios de alteração do texto, antes de sua efetiva aprovação. O termo *excluindo-se os bailados e as danças clássicas*, anteriormente sugerido, não foi aceito. Logo, a dança e os bailados, mesmo não sendo prescritos também não foram vetados textualmente como foi sugerido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos debates e discordâncias explicitadas no Congresso, observando documentações posteriores a este evento, a permanência da dança na cultura escolar parece extrapolar a formalidade de sua prescrição no Programa<sup>20</sup>. As imagens internas dos grupos escolares e das festividades nas décadas de 20 e 30 continuam a expor as danças e os bailados. Estas práticas corporais eram publicizadas a todo tempo na Revista do Ensino de Minas Gerais<sup>21</sup>, como exemplo da cultura escolar moderna, civilizada, sob a qual se quer a adesão.

<sup>20</sup> Aqui cabem algumas interrogações inspiradas por Circe M.F. Bittencourt que nos leva refletir sobre as problematizações que emergem do cotidiano, de dentro da escola como: as permanências, e as rupturas com as tradições escolares na história da educação, no texto “Disciplinas Escolares: história e pesquisa”, 2003.

<sup>21</sup> Periódico editado pelo governo mineiro. Ver Elisângela CHAVES(2002)

Através do Decreto n. 8.094, de 22 de dezembro de 1927, os novos Programas do Ensino Primário foram aprovados. A dança, assim como deliberado no Congresso, não aparece como conteúdo na disciplina - Exercícios Physicos e nem em outros tópicos. No entanto, chama a atenção como outras terminologias e conteúdos, que se assemelham às práticas corporais da dança, aparecem. Dentre os conteúdos são encontrados, por exemplo, no 1º ano: “[...]VI. Movimentos graciosos, taes como imitativos de quem chefia, de quem rema e outros da mesma natureza, que serão acompanhados de canções apropriadas”, no 3º ano: “[...]XII. Passos rythmicos. XIII. Posições graciosas. XIV. Cortezia”, no 4º ano “[...]XIV. Passos rythmicos. XV. Posições graciosas. XVI. Cortezias XVII. Interpretação por meio de gestos e atitudes, da emoção provocada pela musica (para meninas).”

Os Programas também contemplavam instruções que deveriam ser observadas em cada cadeira dos Programas do Ensino. Especificamente na de Exercícios Physicos, ressaltou as seguintes diretrizes para este conteúdo escolar:

[...] 6. Em nossas escolas primarias, a educação physica comprehenderá: exercícios naturais, respiratórios, de gymnastica sueca, jogos gymnasticos e a gymnastica rythmica.

[...] 11. A gymnastica rythmica é a mais moderna e harmoniosa das artes; servindo-se da musica, ensina ao gosto o verdadeiro sentido da belleza. O rythmo e a harmonia da musica se infiltram subtilmente no espirito dos educandos, elevando-lhes os sentimentos e o pensamento.<sup>22</sup>

As instruções prescritas passam a descrever a *gymnastica rythmica* como boa prática, e esta, por sua vez, apresenta características muito próximas à dança. A dança não está entre os conteúdos, mas a *gymnastica rythmica* é descrita como arte e com conteúdos comuns à dança. As práticas corporais e os conhecimentos a serem escolarizados, precisava há um mesmo tempo sensibilizar, civilizar e modernizar, mas sem perder sua sustentação científica. Entendo nesta questão uma tensão conceitual e terminológica, que renomeia, repensa e dá nova “roupagem” ao potencial educativo da dança em sua manifestação escolar, conciliando seus fundamentos aos fundamentos científicos da gymnastica que geraram a denominação *gymnastica rythmica*, já adotada em outros países.

Finalizando, resgato a concepção de CHERVELL, de que o saber científico e o escolar são mutuamente dependentes, denotam circularidade. Há uma dimensão criativa e autônoma na escola, que não permite que ela seja apenas um receptáculo da ciência, mas que receba e emita influências. As lacunas dos relatos, assim como, a seleção dos relatos registrados pelos jornalistas, desafiam historicizar seleções para formação de opinião num tempo passado. Assim, pensar a dança em sua manifestação escolar na década de 20 implica

<sup>22</sup> Decreto n. 8.094, de 22 de dezembro de 1927, p.1.737.

perceber o movimento de interesses de um ideário educacional, que num determinado tempo e ambiência nos fornecem indícios de uma prática desapropriada para escolarização, sob a ótica da educação corporal propiciada pela *educação physica* prescrita nos Programas de Ensino de Minas Gerais.

## DANCING IN THE TEACHING OF MINAS, PRESCRIPTION THE ABOLITION OF EDUCATION REFORM IN 1927.

### ABSTRACT

*This paper analyses tensions reported during the course of the I Congress of Public Instruction of Minas Gerais, in 1927, relating to the permanence of dance in the school curriculum, called this period as Educational Program. Among the areas under discussion was the "Hygiene and Physical Education", which housed the discussion in plenary on the permanence or suppression of dance as a school subject. The Magazine of Education of Minas Gerais, the Newspapers Correio Mineiro and Diário de Minas were the privileged sources for this analysis.*

KEYWORDS: 1. History of dance, 2. Schooling, 3. Curriculum, 4. Dance school

## DANZA EN LA ENSEÑANZA DE LAS MINAS, RECETA LA ABOLICIÓN DE LA REFORMA DE LA EDUCACIÓN EN 1927.

### RESUMEN

*Este documento examina las tensiones registradas durante el transcurso del I Congreso de Instrucción Pública de Minas Gerais, en 1927, en relación con la permanencia de la danza en el currículo escolar minero, llamó a este período con el Programa de Educación. Entre las áreas en discusión era " Higiene y Educación Physica ", que albergaba el debate en el Pleno sobre la permanencia o supresión de la danza como disciplina escolar. La Revista de Educación de Minas Gerais, los periódicos Correio Mineiro y Diário de Minas fueron las fuentes privilegiadas para este análisis.*

PALABRAS CLAVE: 1. Historia danza, 2. Enseñanza, 3. Plan de estudios, 4. Escuela de Danza

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio; RANZI, Serlei Maria Fisher (org.) História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

CHAVES, Elisângela. A escolarização da Dança em Minas Gerais (1927-1937), Dissertação de Mestrado em Educação. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n.2, p.177-229, 1990.

GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história.. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

JULIA, Domenique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elisabeth (org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MELO, Cleide Maria Maciel de. A infância em disputa: escolarização e socialização na reforma de ensino primário em Minas Gerais \_ 1927. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SOARES, Carmem Lucia. Corpo, conhecimento e educação. In: SOARES, Carmem L. (org.) *Corpo e história*. Campinas, SP:Autores Associados, 2001

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária (finais do séc. XIX, início do séc. XX). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *A cultura escolar em perspectiva histórica*. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos*: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

## FONTES

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto n. 3.405 – 15 de janeiro de 1912. Aprova o programa de ensino dos grupos escolares e demais escolas públicas primárias. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912.

MINAS GERAIS. Decreto n. 6.758 – 1º de janeiro de 1925. Aprova o Programa do Ensino Primário. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

MINAS GERAIS. Decreto n. 6.832 – 20 de março de 1925. Aprova os regulamentos e os programas de ensino das escolas Normais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

MINAS GERAIS. Decreto n. 8.094 – 22 de dezembro de 1927. Aprova o Programa do Ensino Primário. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Vol. III. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

Jornal Correio de Minas. Belo Horizonte-MG, 13 de maio de 1927.

Jornal Diário de Minas. Belo Horizonte-MG, 13 de maio de 1927.